

CONSTRUÇÕES ASSOCIATIVAS

Francisco da Silva BORBA*

RESUMO: Este estudo objetiva demonstrar como se relacionam construções que seguem o esquema alternativo $N_1 + e + N_2 / N_1 + \text{com} + N_2$. A maioria dos linguistas que já trataram do assunto estabeleceu uma relação genética entre as duas, partindo de $N_1 + \text{com} + N_2$ na EP. Distinguindo primeiro os tipos de construção ligadas por e ou por com, e o modo como se aproximam, tentou-se mostrar que é descritivamente mais adequado colocar essas construções em dois grupos: as que derivam de verbos bidirecionais e as que saem de um esquema subjacente do tipo $S \rightarrow (C)S'$
 $S' \rightarrow SN SV$

UNITERMOS: Construção associativa; conjunção oracional; conjunção construcional; coparticipação; construção bidirecional; construção comitativa; verbos de referência dupla; principalidade; auxiliaridade.

1.

1.1. O objetivo deste estudo é demonstrar como se relacionam construções que seguem o esquema alternativo $N_1 + e + N_2 / N_1 + \text{com} + N_2$, ilustradas por seqüências do tipo *Leo e Rosa saíram juntos / Leo saiu com Rosa* e a que chamarei construções associativas pelo fato de associarem dois sintagmas nominais (SN). Como elas mantêm com o núcleo verbal graus diferentes de coesão, que pode ter conseqüências pragmáticas diversas, tentarei verificar qual é o máximo de generalização possível a respeito e se mantêm entre si alguma relação de natureza genética, isto é, se uma precede a outra em termos derivacionais.

1.2. Os argumentos arrolados para justificar a descrição pressupõem dois pon-

tos de vista teóricos principais: (i) centralidade do verbo com relação aos demais constituintes oracionais e, (ii) existência de dois níveis de relações: um mais subjacente e regular onde se definem restrições seletivas e um mais superficial onde se combinam vários elementos para a realização efetiva das seqüências. Além disso, vou limitar minhas considerações à combinatória de nomes da mesma subclasse (+ *animado*), e na função de sujeito, (superficial ou subjacente).**

1.3. Examinemos os SN grifados no conjunto abaixo:

(1) a. *Leo e Rosa* foram ao cinema.

b. *Leo* foi ao cinema *com Rosa*.

Enquanto (1b) implica participação conjunta dos dois numa única ação verbal, não há nada nos constituintes de (1a) que permita inferir tratar-se de uma só ação

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araraquara - SP.

** Entenda-se por sujeito aquele argumento mais estreitamente ligado ao predicado, ponto de partida ou de referência básica na formulação do enunciado. Em - *Pedro* fuma cachimbo, o SN grifado é sujeito tanto num nível superficial como subjacente. Em — a fonte jorra *água* — o SN grifado é o sujeito subjacente (cf. a água jorra da fonte), embora ocupando posição de complemento superficial.

com SN co-participantes, uma vez que Leo pode ter ido ao cinema sozinho e em momento diferente com relação a Rosa. Por isso, (1b) não é paráfrase de (1a). Vejamos agora:

(2) a. Leo e Rosa foram ao cinema juntos.

b. Leo e Rosa encontraram-se no cinema.

Tanto (2a) como (2b) implicam co-participação no evento: em (2a), por causa do constituinte *juntos*, e em (2b) por causa da própria natureza do verbo, que exige dois participantes. Uma possível paráfrase para (2), será:

(3) a. Leo foi ao cinema com Rosa.

b. Leo encontrou-se com Rosa no cinema.

Comparando-se (1) e (2), verifica-se que nem toda construção com *e* equivale a uma com *com*. Isso porque as construções com *e* não têm o mesmo estatuto. De fato, para (1a) e 2b), pode-se supor, num nível subjacente, a existência de duas seqüências que se unem, numa etapa posterior, para dar as orações efetivas. Assim:

(4) a. Leo foi ao cinema / Rosa foi ao cinema.

b. Leo encontrou Rosa no cinema / Rosa encontrou Leo no cinema.

A diferença entre (4a) e (4b) está em que, em (4a) as seqüências são iguais menos quanto aos SN que se associam e, em (4b), os SN ocupam posições polares, alternando-se em cada seqüência mais simples. Em (2a) pode-se supor que os sintagmas já estão associados mesmo num nível mais baixo, por causa do elemento *juntos**. Com efeito (2a) não se decompõe em cadeias mais simples.

À construção *SN + e + SN* dá-se o nome de *conjunção oracional* (C/OR) quando corresponder à aproximação de duas orações, como em *Leo e Rosa conhecem João* (Leo conhece João/Rosa conhece João); chama-se bidirecional (BI)

quando equivaler a orações com SN em posições polares, como em *Leo e Rosa casaram ontem* (Leo casou com Rosa / Rosa casou com Leo), e tem o nome de *conjunção construcional* (CONJ) quando for indecomponível: *Leo e Rosa saíram juntos hoje*. As construções BI dependem de verbos de uma subclasse específica, mas as outras duas freqüentemente se constroem com os mesmos verbos, razão por que muitas vezes são ambíguas podendo ser interpretadas como CONJ ou como C/OR, só se particularizando pragmaticamente (situação e/ou contexto) ou então por meio de operadores do tipo *juntos*, *conjuntamente*, usados para identificar CONJ. Como estou mais interessado em determinar o estatuto das construções da forma *com + N*, só me interessarei aqui por CONJ e BI, as duas que podem ser parafraseadas dessa forma. Vejamos, portanto, cada uma delas mais detalhadamente.

2.1. CONJ indica sempre co-participação dos SN naquilo que o verbo expressa**. Está sempre vinculada ao operador *juntos*, e, por isso tem caráter unitário. Além disso, quando o verbo se constrói com o caso *meta*, este é comum para os dois SN, como se vê em

(5) Leo e Rosa cantaram *um samba* juntos.

onde o SN grifado é a meta comum para os SN em CONJ. Além dessas restrições selecionadas, CONJ ainda está sujeita a uma restrição lógica.

(6) a. Leo e Rosa herdaram toda a fortuna do avô.

b. Leo e Rosa comeram a melancia sozinhos.

Decompondo-se (6) em

(7) a. Leo herdou toda a fortuna do avô.

b. Rosa herdou toda a fortuna do avô.

c. Leo comeu a melancia sozinho.

d. Rosa comeu a melancia sozinha.

* Pode-se chamar *Operador de coparticipação* a esse elemento de natureza semântica; ele pode estar subjacente, sem realizar foneticamente quando há, na seqüência, elementos que permitam inferi-lo como em — Leo e Rosa redigiram aquele telegrama ao Presidente do Clube — Ver p. 92.

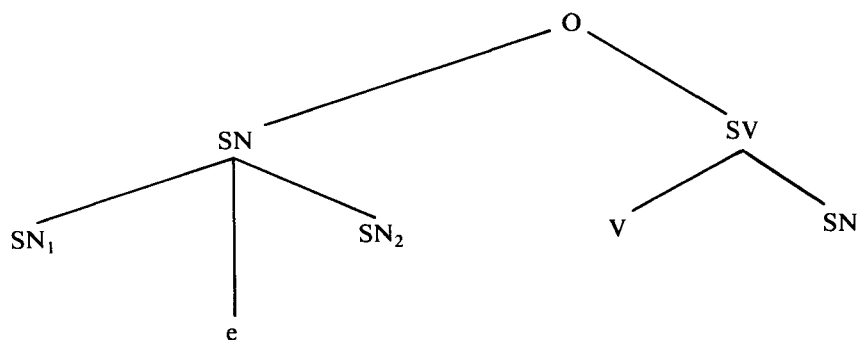
** Ver p. 90.

vê-se que se (a) e (c) são verdadeiras, (b) e (d) são falsas, e vice-versa. Essa restrição exclui a interpretação de (6) como C/OR. Sendo assim, o operador de co-participação está implícito e não precisa realizar-se foneticamente.

Comumente CONJ equivale a uma construção também associativa em que o segundo SN é introduzido por *com*, como se vê pela relação entre (2a) e (3a), constituindo as chamadas construções comitativas (CO). Por isso, a maioria dos sintaticistas reconhece a existência de estreita relação entre CONJ e CO, mas não defi-

nem, até onde eu sei, a natureza dessa relação, divergindo muito também quanto às considerações gramaticais a respeito. A maioria dos linguistas procura estabelecer uma relação de precedência entre ambas, tentando demonstrar como uma deriva da outra, como uma é subjacente e a outra não.

2.2. Ao estudar os predicados simétricos em inglês, Lakoff & Peters (6) sugerem que a possibilidade de paráfrase com comitativo é que identifica CONJ. Assim, CO deriva de CONJ, que tem a seguinte forma na estrutura profunda (EP)

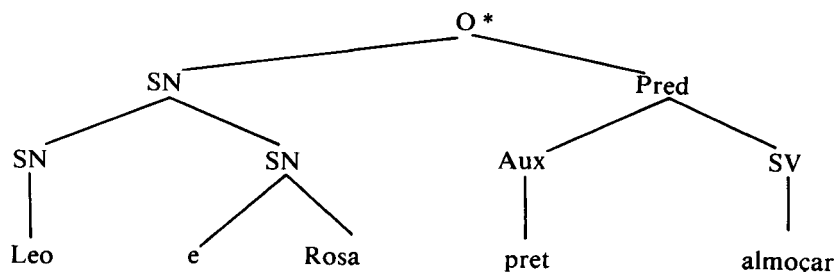


A derivação do comitativo se faz pela aplicação de duas regras consecutivas: (i) apaga-se *e* e acrescenta-se *com* à esquerda do SN₂, (ii) acrescenta-se *com* SN₂ à direita do SV. A R_(i) chama-se de *adjunção da*

preposição e R_(ii), *movimento do SN conjuncto*.

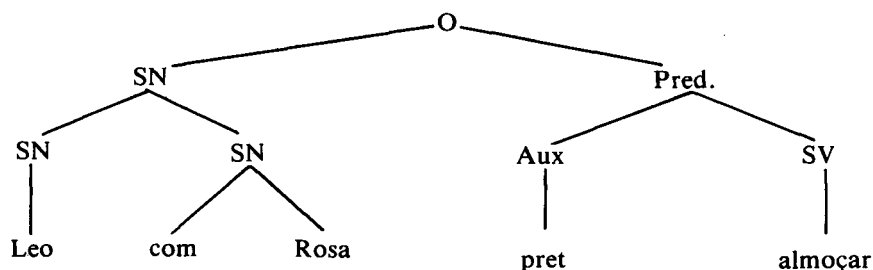
Ex:

(8) Leo e Rosa almoçaram (juntos)

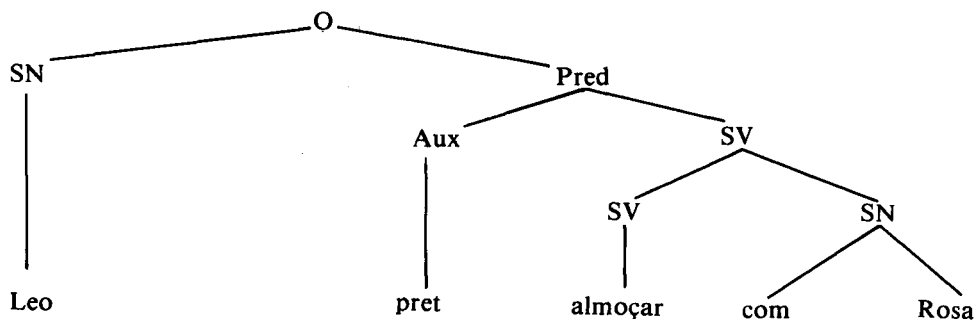


* O = oração; Pred = predicado; Aux = auxiliar; pret = pretérito.

Aplicando-se $R_{(i)}$, tem-se



Aplicando-se $R_{(ii)}$, tem-se:

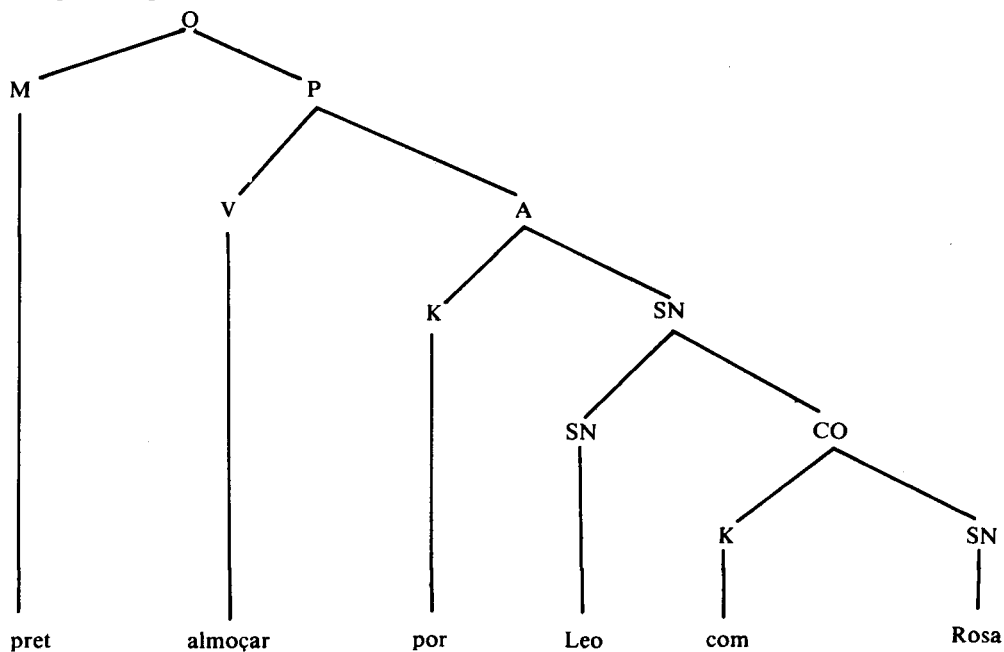


Esta análise é razoável e se aplica a um grande número de construções CO. Mas apresenta alguns problemas sérios: (i) pressupõe equivalência total entre CONJ e CO, o que nem sempre é o caso, como se verá; (ii) dá o mesmo tratamento

a orações como (3b), o que também não é o caso. Na verdade, os autores não sabem o que fazer com orações cujo núcleo é um verbo da classe de *encontrar-se*, *casar* (se), *conferenciar* etc.

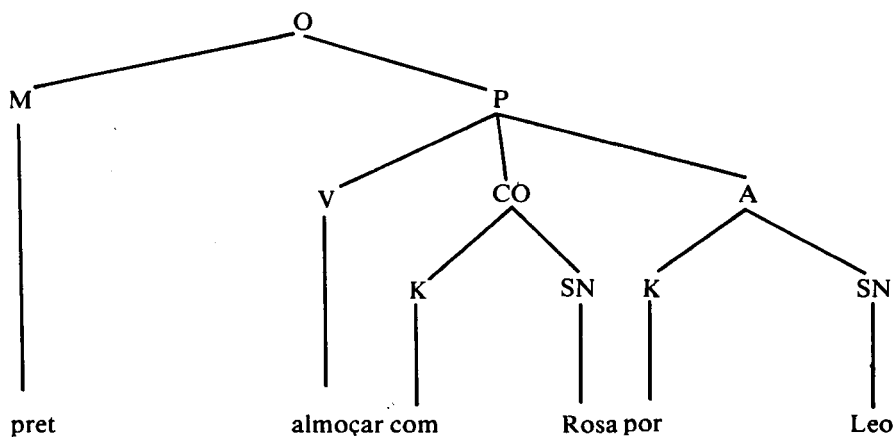
Fillmore (3, p. 83), parte do princípio de que há um comitativo (CO)

na EP. Uma oração como (8), teria, portanto, um esquema subjacente assim:



Se CO permanece inserido no SN, o A (= agente) inteiro se torna sujeito, produzindo — Leo e Rosa almoçaram (juntos) — com substituição da marca ca-

sual — *com* — pelo conjuntor *e*. CO pode também ser promovido a caso mais alto (no indicador sintagmático). Assim:



O esquema acima fornece — *Leo almoçou com Rosa*, tomando-se A como sujeito e CO integrado ao P.

Tomar CO como ponto de partida e dele derivar CONJ pressupõe paráfrase exata entre ambas, além de englobar

construções que certamente não se correspondem.

Walmsley (11), baseando-se no comportamento superficial das duas construções, opta pela precedência de CO. Hetzron (5), baseando-se em evidências do húngaro e de algumas outras línguas como o samoano e o suaíli, decide-se pela ordem CONJ > CO.

Buckingham (1), num estudo sobre CO em inglês pretende argumentar contra Walmsley, mas acaba indeciso quanto a essa questão da precedência de CONJ em relação a CO. Sampson (7) é taxativo: o componente sintático básico não gera estruturas coordenadas. Então, na EP, o que se pode ter é uma oração principal e uma conjunção coordenativa opcional como partícula inicial. Assim:

$$s \rightarrow (C) S'$$

$$S' \rightarrow SNSV$$

A coordenação é resultado de transformação generalizada aplicável a conjuntos de marcadores iniciais, e cria marcadores derivados particulares.

2.3. Antes de se tomar qualquer decisão, é preciso estudar o comportamento de todas as construções constituídas por SN interligados por *e* e por *com* para depois, verificar se há alguma vantagem de natureza descritiva para hierarquizar as construções:

Consideremos:

- (9) a. *Leo e Rosa* discutiram.
 b. *Leo e Rosa* se abraçaram.
 c. *Leo e Rosa* combinaram um com o outro um passeio.

Se lembrarmos que CONJ implica *coparticipação e meta comum*, então estamos diante de *conjunção*. Se lembrarmos que CONJ corresponde a CO, então é o caso também. Mas se lembrarmos que CONJ implica associação de nomes em papéis idênticos, então a situação se complica. De fato, em (9) os nomes não desempenham exatamente os mesmos papéis com relação ao que o verbo expressa (cf. 2a). Na verdade, ocupam posições pola-

res: *Leo discutiu com Rosa e Rosa discutiu com Leo*.

Por outro lado, enquanto as construções até aqui apresentadas como CONJ estão sujeitas a restrições seletivas que (de) limitam o risco de ambigüidade, estas de (9) correm menos tal perigo, por serem exigências da própria natureza do verbo. Há uma classe de verbos — a que chamarei de *referência dupla* (RD) cuja realização semântica depende de dois participantes da mesma subclasse, além de outros eventualmente. Funcionando como sujeito, esses participantes podem estar unidos por *e*, ou ter uma forma de plural ou de coletivo; se um dos nomes está na posição (superficial) de Complemento, pode ser introduzido por preposição. Ex:

- (10) a. *Leo e Rosa* cruzaram na esquina/*Leo* cruzou com *Rosa* na esquina.
 b. Os noivos beijaram-se.
 c. o povo uniu-se para combater a inflação.

Com verbos dessa subclasse cada nome associado pode ser agente/experimentador e/ ou afetado/ paciente pela ação/experiência (?) do outro nome, mas não de si mesmo, uma vez que ambos estão em posições ou pólos opostos. Assim, em (9a) tanto *Leo* como *Rosa* são agentes, um em cada posição; em (9b) *Leo* é agente para com *Rosa*, mas paciente com relação à ação dela, e vice-versa. Por aí se vê que essas construções são assimétricas uma vez que os nomes implicados não desempenham os mesmos papéis. Assim, *Rosa discutiu com Leo* não é a conversiva de *Leo discutiu com Rosa*, mas a sua contraparte.

Por isso se diz que as orações com os verbos de referência dupla derivam de construções bidirecionais (BI), isto é, construções duplas em que cada uma segue uma direção oposta;

- (11) *Leo* discutiu (abraçou-se, cruzou...) com *Rosa* / *Rosa* discutiu (abraçou-se...) com *Leo*.

A meta comum, que caracteriza CONJ,

pode estar ausente nas construções BI. Por exemplo, em (9c) é comum para ambos os nomes, mas em (9a) e (9b) a meta de Leo é Rosa e a de Rosa é Leo.

As construções BI sempre podem ter seus SN interligados por *e*, mas este resultado nem sempre se converte numa construção introduzida por *com*. Ex.:

- (12) a. Leo e Rosa casaram.
 b. Leo casou com Rosa.
 c. Leo e Rosa abraçaram-se.
 d. Leo abraçou-se com(a) Rosa.
 e. Leo e Rosa são gêmeos.
 f. Leo é gêmeo com (de) Rosa.
 g. Leo e Rosa são primos.
 h. Leo é primo de Rosa.
 i. Leo é primo com Rosa.

Enquanto (12a) e (12b) se equivalem, em (12d) e (12f) são apenas uma alternativa, e (12i) mostra ser impossível a construção *com* + SN como equivalente a (12g).

Como se vê, os verbos RD admitem várias possibilidades construcionais, sendo a alternativa SN + e + SN > SN + com + SN apenas uma delas.

Dada a especificidade das construções BI, não convém nem mesmo propor que sejam CONJ apenas na ES como faz Ten Shou-Hsin (10). Essa alternativa teria que admitir que os nomes em CONJ podem desempenhar papéis diferentes.

A solução mais razoável será considerá-las como um primeiro grupo de construções associativas correspondentes a uma estrutura subjacente bidirecional. Essa solução resolve, de certa forma, o impasse em que se viram Lakoff & Peters (6) que, derivando de CONJ, pela aplicação de regras de transformação (cf. $R_{(i)}$ e $R_{(ii)}$), todas as construções do tipo *com* + SN se vêem na contingência de aceitar que as transformações alteram a função gramatical dos nomes envolvidos ou, então, que CONJ associa nomes com funções (= papéis) diferentes.

2.4. Examinemos agora o comportamento de CO, construção estreitamente ligada a CONJ porque ambas relacionam SN de papéis idênticos, além de exibirem os mesmos traços semânticos: *meta comum* e *coparticipação*. Em várias línguas (ou grupos de línguas) essas duas construções têm a mesma expressão mórfica, i.e., são introduzidas pela mesma partícula como, por exemplo, em chinês (*gen*), em samoa (*ma*), em suaili (*na*). Nesta última, se a construção introduzida por *na* está contígua ao SN que expressa companhia, é interpretada como CONJ, e a concordância verbal se impõe, se o verbo assim o exigir; se a mesma partícula está separada do SN, é interpretada como CO. Por aí se vê que aquilo que para nós é tido como fenômenos sintáticos diferentes, para essa língua é mera questão de colocação na seqüência (contíguo/separado). Também essas duas construções estão sujeitas às mesmas restrições seletivas. Por exemplo, se uma é agramatical, a outra também é. Ex.:

- *(13) a. Rosa e o gato escreveram uma carta.
 b. Rosa escreveu uma carta com o gato.

Estas semelhanças de comportamento levaram alguns sintaticistas a propor um relacionamento genético entre elas, supondo-se que CONJ está na base, ou seja, é um esquema estrutural subjacente a todas as construções associativas.

Para aceitar essa hipótese será necessário admitir *a priori* que essas construções são *totalmente* equivalentes. Vejamos, entretanto:

Num trabalho sobre o chinês, Ten Shou-Hsin (10) demonstrou que, para essa língua, que não distingue as duas construções na ES, não se pode propor uma derivação do tipo CONJ > CO, porque, apesar de toda a semelhança, as duas

construções diferem por um traço básico: a *principalidade*, presente em CO e ausente ou diluída em CONJ. Entende ele por principalidade o caráter de *principal participante* (ou participante mais evidente?) assumido pelo núcleo de CO, quando este se relaciona com um verbo de ação. Para o português, poderíamos constatar uma situação análoga, em frases como:

- (14) a. Rosa viajou com Leo para o México.
 b. Você vem jantar comigo amanhã?

De fato, em (14a) quem toma a iniciativa da viagem é Leo, sendo Rosa sua acompanhante. Então, se Leo e Rosa participam da viagem, Leo é *principal* e Rosa é *não principal* (secundário?). Em (14b) o mesmo ocorre. Tanto é assim que uma possível resposta preservando o mesmo sentido seria — *sim, eu vou jantar com você* —, em que o ouvinte passa a falante e, portanto, a sujeito, mas seu estatuto de convidado não se altera.

Essa noção de principalidade é importante porque ajuda a compreender a verdadeira (ou mais profunda?) natureza das duas construções em jogo: se em CONJ os nomes associados se emparelham, em CO eles se hierarquizam; então as duas construções não estão em relação exata de paráfrase, e não se pode propor que uma derive da outra, a menos que se encontre um mecanismo adicional para dar conta das diferenças que elas apresentam na superfície.

Mas esse argumento da principalidade, para ser válido, precisa ser reformulado ou, então, apresentado em termos diferentes. Em primeiro lugar é preciso distinguir vários tipos de coparticipação: *espacial, temporal, possessiva, benefactiva, de companhia, de ajuda* etc. Dependendo da classe do verbo a que os SN se relacionam ou então da presença de al-

gum constituinte oracional específico, um tipo de participação pode se tornar mais evidente ou um dos participantes pode sobressair. Por exemplo, com os verbos que implicam *locativo*, a coparticipação comumente é de *companhia* e, neste caso, é que aparece a principalidade, mas é uma questão contextual porque depende de um verbo particular. Ex.:

- (15) a. Meu pai foi com meu filho para a fazenda.
 b. Leo procurava o livro com Rosa.*
 c. Leo estava com Rosa no cinema.

Em (15a) o caráter principal do nome em CO é evidente, mas em (15b) é diluído porque se acentua coparticipação temporal; já em (15c) sobressai a coparticipação espacial, sendo a temporal uma consequência.

Independentemente do traço locativo, há verbos que implicam uma coparticipação de *auxiliaridade*. Ex.:

- (16) a. O ladrão assaltou a casa com um cúmplice.
 b. Rosa fez o bolo com a cozinheira.
 c. Leo terminou a tarefa com a mãe.

Para tais casos pode-se propor um esquema como:

$$V + (ob) + [Ag(Ag) + (CO)]^*$$

↓ ↓ ↓ ↓
 assaltar casa ladrão cúmplice

Promovendo-se CO e colocando-se o AG na posição frontal de sujeito, ter-se-á uma ES como:

$$SN_1 (Ag) + V + SN_2 (ob) + com + SN_3 (CO)$$

↓ ↓ ↓ ↓
 o ladrão assaltar a casa com um cúmplice

* Numa leitura em que Rosa também é agente.

** Ob = objetivo; Ag = agente.

Como uma proforma do tipo *ajudar* pode-se topicalizar CO e movê-lo à posição frontal de S:

$$\begin{array}{ccccccc} \text{SN}_1 & + & \text{ajudar} & + & \text{SN}_1 & (\text{Ag}) & + & \text{a} & + & \text{V} & + & \text{SN}_2 & (\text{Ob}) \\ \downarrow & & \downarrow & & \downarrow & & \downarrow & & \downarrow & & \downarrow & & \downarrow \\ \text{um} & & \text{cúmplice} & & \text{ajudou} & & \text{o} & & \text{ladrão} & & \text{a} & & \text{assaltar a casa} \end{array}$$

Este mecanismo demonstra que o núcleo de CO é *aux.* sendo o sujeito, portanto, o principal participante.

Pelo visto, a principalidade não é uma constante. Dependendo de arranjos específicos, em CO, pode aparecer não só esse traço, mas também outros com *aux.*, participação *espacial/temporal*, *benefactivo* etc. Sendo assim, esta é uma questão superficial que não pode ser invocada para definir CO, como também bloqueia a possibilidade de derivar CO de CONJ porque esta não prevê (ou não prevê) a existência desses traços nos nomes associados. Mas, por outro lado, é elemento importante para demonstrar que a simetria de CO depende de itens léxicos, e, portanto, CONJ e CO não estão em relação perfeita de paráfrase. Então, a escolha de uma delas não é livre, mas determinada pelos interesses da comunicação: há casos em que se alternam, mas há casos em que se usa CONJ quando se quer deixar não especificada a extensão da cóparticipação e CO quando se quer fazer sobressair um dos participantes como em (14a) ou (15a) por exemplo.

Estas considerações levam a postular CO como manifestação superficial, quer dizer, não precisa ser considerada como reflexo de uma categoria mais profunda original. Talvez se pudesse propor CO como uma regra opcional que se aplica a SN associados em nível subjacente e cujas informações adicionais são dadas em nível superficial conforme o verbo a que o conjunto se liga ou conforme as condições de comunicação.

Assim:

$$\text{SN} + \text{SN} + \text{V}_x \begin{cases} \text{SN} + \text{V} + \text{com} - \text{SN} \\ \text{SN} + \text{e} + \text{SN} + \text{V} \end{cases}$$

Pode-se dar até o caso em que as duas construções estejam em distribuição complementar. Ex.:

- (17) a. Depois de muita hesitação, Leo fugiu com Rosa.
 b. Depois de muita hesitação, Leo e Rosa fugiram para casar no Uruguai.

Note-se que em (17a) usa-se CO para informar que a hesitação se aplica a um só SN, e CONJ em (17b) para mostrar que se aplica aos dois SN.

Que CO é fenômeno superficial também se comprova pelo seu comportamento com relação à concordância e à ambigüidade, também relacionadas com a ES. A dois SN associados por CO comumente se aplica a concordância:

- (18) Leo com Rosa chegaram do Rio ontem.

O suaíli e o húngaro se comportam como o português. Em húngaro, numa oração com sujeito não explícito, a concordância verbal pode ser regida (i) pelo sujeito ou (ii) pela soma do sujeito subjacente e CO superficial Hetzron (5, p. 493). Isso quer dizer que, se CO é um traço universal, sua manifestação pode variar de língua para língua ou coincidir, em alguns aspectos, em línguas de estruturas muito diferentes. As construções de forma *com + N* podem não ser CO se resultarem de elipse. Por isso, orações como *Leo comeu a maçã com Rosa* são ambíguas porque podem provir de *Leo comeu a maçã com Rosa a seu lado*. (?)

2.5. Em 2.4. tentei mostrar como CONJ, embora estreitamente relacionada com CO, não pode ser colocada em nível de precedência e, portanto, subjacente a CO. De fato, as duas pertencem ao conjunto das construções associativas e, por isso, partilham vários traços, mas cada uma delas tem suas peculiaridades, além

da forma específica, ou seja, $N + e + N$ para CONJ e $N + com + N$ para CO. O comportamento sintático de ambas não coincide. Vejamos:

1.º) *Concordância*. Em CONJ a concordância do verbo com o conjunto se impõe, tornando-se plural, portanto, em CO, o verbo é usado no plural quando se quer tornar bem clara a coparticipação, sendo que o singular realça ou topicaliza o primeiro SN. Ex.:

- (19) a. Maanape com Jiguê resolveram fazer uma fachada para pegarem algum peixe (M. Andrade — *Macunaíma*, 225)
b. Aparício com mais de cem homens dera um cerco na cidade (J.L. Rego, *Cangaceiros*, 407)

Em (19a) a participação dos dois SN na ação verbal tem o mesmo nível ao passo que em (19b) o singular evidencia a importância do 1.º SN.

2.º) *Deslocamento*. A colocação dos SN em CONJ é fixa: $SN + e + SN$; já em CO, a preposição que introduz o segundo SN torna-o livre para deslocar-se na oração. Ex.:

- (20) a. *O galo com as frangas ciscam no quintal.*
b. *O galo cisca no quintal com as frangas.*

3.º) *Topicalização*. Aplica-se a CONJ e a CO, mas como CONJ constitui um monobloco, a topicalização só se aplica ao conjunto todo; já CO pode ser topicalizada no conjunto ou em cada SN separadamente. cf.

- (21) a. Leo e Rosa bebiam juntos no bar.
b. Leo e Rosa *é que* bebiam juntos no bar.
* c. Leo *é que* e Rosa bebiam juntos no bar.
d. Leo com Rosa *é que* bebiam no bar.

- e. Leo *é que* bebia com Rosa no bar.
f. Com Rosa *é que* Leo bebia no bar.

Também do ponto de vista semântico CONJ e CO se diferenciam.

1.º) Os traços *principalidade* e/ou *auxiliaridade* podem estar presentes em CO, mas desaparecem em CONJ. Às vezes, certas nuances significativas só se fazem optando-se por uma dessas construções, justamente por causa deste traço. cf. (22) a. Pretos e brancos não devem andar juntos.

- b. Brancos não devem andar com pretos

O problema do preconceito parece diluído, senão neutralizado em (22a), mas é evidente em (22b) justamente por causa da principalidade do CO.

2.º) O *valor verdade* também varia de uma construção para outra. Ex.

- (23) a. Leo e Rosa não saíram juntos.
b. Leo não saiu com Rosa.

A aplicação da negação muda a pressuposição de cada seqüência: em (23a) pressupõe-se que os dois SN saíram, em (23b) só Leo saiu, Rosa pode ter saído ou não. O mesmo ocorre quando se aplica a partícula de limitação *só*:

- (24) a. No baile Leo e Rosa *só* falaram de arte.
b. No baile Leo falou de arte *só* com Rosa.

Em (24a) o que se delimita é o complemento *de arte*; em (24b) delimita-se CO.

3. Os traços comuns de CONJ e CO permitem que elas sejam empregadas com as mesmas classes verbais; as particularidades de ambas, porém, fazem com que apareçam várias diferenças de nível contextual.

Os verbos de estado construídos com sujeito experimentador não admitem CONJ nem CO (cf. * Leo e Rosa gostam de maçã juntos / Leo gosta de maçã com

Rosa); os verbos de estado locativo admitem as duas, mas em CO evidencia-se a principalidade de um dos SN (cf. Leo e Rosa estavam juntos no cinema /Rosa estava no cinema com Leo); os verbos de estado possessivo dependem da natureza da posse: a posse inalienável não admite essas construções (cf. *Leo e Rosa têm pernas juntos /Leo tem perna com Rosa). Às vezes a estrutura semântica do nome sob o caso meta é que possibilita as duas construções dando ao verbo um valor particular. Em

(25) a. Leo e Rosa têm filhos juntos.

b. Leo tem filhos com Rosa.

o nome *filhos* não só permite CONJ e CO como também dá ao verbo o valor específico de *gerar*.

Se o verbo de estado exige complemento de especificação, CONJ e CO são possíveis, mas estão sujeitas a seleção lexical contextual quanto aos outros traços. Ex:

(26) a. Leo e Rosa pesam 130 k juntos /Leo com Rosa pesam...

b. O peru e o frango custam \$ 10.000 juntos /O peru com o frango...

c. Fernanda e Paulo, juntos, custaram 10 bi à TV Globo /Paulo com Fernanda custaram...

Os predicados estativos da forma *ser, estar + adjetivo* dependem da subclasse do adjetivo para admitirem CONJ e CO. Ex:

(27) a. Leo e Rosa são felizes juntos /Leo é feliz com Rosa.

*b. Leo e Rosa são magros juntos /Leo é magro com Rosa.

Os verbos de ação ocorrem livremente com CONJ ou com CO, sendo que o tipo e o grau de coparticipação são evidenciados pelos verbos individualmente ou pela estrutura construcional. Ex:

(28) a. Rex e Diana latiram quando perceberam o ladrão /Rex latiu com Diana quando...

b. Leo e Rosa andam juntos.

c. Leo anda com Rosa pelo jardim.

d. Leo anda com Rosa.

Em (28a) que também pode ser C/OR, só o contexto evidencia a coparticipação temporal; em (28b) a significação é denotativa como também em (28c) por causa do locativo; já em (28d) o uso do CO carrega uma conotação sexual.

Os verbos de *processo* e de *ação-processo** se constroem tanto com CONJ como CO, com especificidade para verbos individuais. Ex:

(29) a. Leo e Rosa viram, juntos, um disco voador.

b. Leo e Rosa ouviram, juntos, uma explosão.

c. Leo e Rosa viram Hamlet juntos.

d. Leo e Rosa ouviam as sonatas de Brahms juntos.

Em (29) os verbos de percepção não têm o mesmo estatuto: em *a* e *b* os participantes são afetados passivos e CONJ, portanto, indica contemporaneidade; neste caso, CO só é possível como resultado de elipse: Leo viu o disco voador (quando estava) com Rosa; em *c* e *d* o sujeito é experimentador intencional; então, CO também é perfeitamente natural. Também aqui a natureza dos nomes envolvidos acarreta conotações. Cf.

(30) a. Leo e Rosa dormem juntos.

b. Leo dormiu com Rosa no paiol.

c. A menina dorme com o ursinho de pelúcia.

d. Leo dorme com as galinhas.

Em (30) só a estrutura semântica dos nomes envolvidos pode evitar a conotação sexual, sendo que somente (29c) não é ambígua.

4. Pelo exposto, parece ter ficado evidente que há um conjunto de construções aparentadas que superficialmente se manifestam sob a forma de SN ligados por *e*

* Para detalhes sobre a classificação sintático-semântica do verbo aqui adotada, consulte-se Chafe (2, cap. 9)

ou por *com*. Apesar das semelhanças, não se pode dizer que uma derive da outra, por causa da especificidade que cada uma apresenta. Assim, aquelas que se ligam a verbos de referência dupla derivam de construções do tipo bidirecional, e as outras duas poderiam derivar de um esquema como

$S \rightarrow (C) S'$
 $S' \rightarrow SN SV.$

Dependendo dos interesses da comunicação, que seleciona verbos particulares, usar-se-á CONJ ou CO.

A meu ver, este é o máximo de generalização a que se pode chegar a respeito dessas construções.

BORBA, F. da S. — Associative phrase. *Alfa*, São Paulo, 28:81-96, 1984.

ABSTRACT: *This paper aims to demonstrate how to relate phrase following the alternative frame N_1 and + N_2/N_1 + with + N_2 . Dealing with this subject matter, most linguistics settle a genetic relationship between them, starting from N_1 + with + N_2 . Analysing, first of all, the types of phrases linked by and/ with and the way they are related, we tried to show that it is descriptively more suitable to range these phrases into two sets: those deriving from bidirectional verbs and those coming from an underlying structure such as $S \rightarrow (C) S'$*
 $S' \rightarrow NP VP$

KEY-WORDS: *Associative phrase; sentence conjunction; coparticipation; bidireccional phrase; comitative; double reference verbs; principality; auxiliary.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BUCKINGHAM, H.W. — The comitative and case grammar, *Foundations of Language*, 10(1): 111-121, 1973.
2. CHAFE, W.L. — *Meaning and the structure of language*. London, The University of Chicago Press, 1970.
3. FILLMORE, C. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R. eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1968. p. 1-88.
4. GLEITMAN, L. R. — Coordinating conjunction in English. *Language*, 41(2):260-93, 1965.
5. HETZRON, R. — Conjoining and comitativization in Hungarian: a study of rule ordering. *Foundations of Language*, 10(4): 493-507, 1973.
6. LAKOFF, G. & PETERS, S. — Phrasal conjunction and symmetric predicates. In: REI-
- BEL, D.A. & SHAVE, S.A. eds. — *Modern studies in english*. New Jersey, Prentice-Hall, 1969.
7. SAMPSON, G. — Against base coordination. *Foundations of Language*, 12: 117-25, 1974.
8. SEILER, H. — The principle of concomitance: instrumental, comitative and colletive. *Foundations of Language*, 12: 215-47, 1974.
9. SMITH, C.S. — Ambiguous sentences with and. In: REIBEL, D.A. & SHANE, S.A. eds. — *Modern studies in English*. New Jersey, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969. p. 75-79.
10. TEN SHOU-HSIN — Comitative versus phrasal conjunction. *Papers in linguistic*, 2(2): 315-358, 1970.
11. WALMSLEY, J.B. — The English comitative case and the concept of deep structure. *Foundations of Language*, 7: 493-507, 1971.